

HABITAÇÃO E CIDADE:

Historiografia crítica da produção do IPESP no Plano de Ação do Governo do Estado

SCATALON, Aline Passos. (1);

1. Universidade Estadual de Maringá. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Av. Colombo, 5790Bl 32, 8720-900, Maringá, Brasil. alinescatalon@gmail.com

ALVES, André Augusto de Almeida. (2)

2. Universidade Estadual de Maringá. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Av. Colombo, 5790Bl 32, 8720-900, Maringá, Brasil. aaaalves@uem.br

SCHWERZ, Wesley. (3)

3. Universidade Estadual de Maringá. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Av. Colombo, 5790Bl 32, 8720-900, Maringá, Brasil. schwerz.w@gmail.com.

RESUMO

O movimento moderno surgiu como uma reação às transformações ocorridas em função da industrialização, que culminaram em muitas mudanças urbanísticas e geraram aumento da população urbana, o que nos conduz ao problema da moradia e da urbanização. Ao longo da concretização do Plano de Ação (1959-63) do governo Carvalho Pinto no estado de São Paulo, que visava a desconcentração industrial metropolitana no estado, no bojo do desenvolvimentismo, o tema da habitação foi ganhando relevância, o que pode ser analisado por meio do aumento do financiamento da casa própria promovido pelo IPESP (Instituto de Previdência do Estado de Paulo). No entanto, essa produção habitacional social permanece obscurecida na historiografia da arquitetura. Esse trabalho pretende explorar a chave de articulação entre a arquitetura moderna, planejamento e cidade a partir do Plano de Ação do Governo do Estado (PAGE), abordando a produção habitacional pública promovida pelo IPESP. Desse modo, pretende-se investigar e contribuir, de modo exploratório a partir da fonte primária constituída pelo plano, para a discussão de aspectos sociais na arquitetura moderna, relacionados à produção e ao discurso da habitação social.

Palavras-chave: PAGE; IPESP; historiografia da habitação brasileira; cidade; arquitetura moderna brasileira.



O debate social na historiografia da arquitetura moderna

A fim de explorar a noção da formação das historiografias, é pertinente o questionamento sobre quem as constroem ou as escrevem. As perspectivas de Veyne (2008), Lepetit (2001) e Aguirre Rojas (2004) apontam que os autores dos textos que abordam o assunto têm contribuição determinante para essa construção. Veyne (2008) aborda a história como “romance real” surgido de uma trama ou intriga, no qual as “tramas” são formadas pelo caminho escolhido pelo historiador ou autor, o que pode levar a diferentes resultados.

Os fatos não existem isoladamente, no sentido de que o tecido da história é o que chamaremos de uma trama, de uma mistura muito humana e muito pouco “científica” de causas materiais, de fins e de acasos; de uma fatia da vida que o historiador isolou segundo sua conveniência, em que os fatos têm seus laços objetivos e sua importância relativa; a gênese da sociedade feudal, a política mediterrânea de Felipe II ou somente um episódio dessa política, a revolução de Galileu. A palavra trama tem a vantagem de lembrar que o objeto de estudo do historiador é tão humano quanto um drama ou um romance, Guerra e Paz ou Antonio e Cleópatra. (...) A trama pode se apresentar como um corte transversal dos diferentes ritmos temporais, como uma análise espectral: ela será sempre uma trama porque será humana, porque não será um fragmento de determinismo. [...] Quais são, pois, os fatos dignos de suscitar a atenção do historiador? Tudo depende da trama escolhida, um fato não é nem interessante, nem o deixa de ser (VEYNE, 2008, p. 42- 43).

Isso nos conduz à associação do campo da história com a adoção de um ponto de vista e escala sempre particulares do autor, o que tem relação com a sua ideologia (LEPETIT, 2001). O ponto de vista adotado é “campo de referência em que o objeto está sendo pensado” (LEPETIT, 2001, p. 214), o que se associa à escala, na medida em que sua adoção é também a escolha de um ponto de vista. Por sua vez, Aguirre Rojas (2004) introduz a ideia de “história problema”, que reconhece os traços dos construtores na história e, desse modo, coloca em xeque a neutralidade absoluta dos historiadores.

Na arquitetura brasileira, cuja construção da historiografia acontece sob a ótica de formação da própria nação e do indivíduo, a casa é interpretada como consequência e projeto da modernidade (BUZZAR, 2003). “Enquanto artefato cultural a casa era moderna ao mesmo tempo em que pretendia construir uma identidade nacional, condição para uma nova sociabilidade que instituísse de fato as esferas pública e privada” (BUZZAR, 2003, p. 1). Portanto, a construção de uma identidade nacional, apesar de acontecer a partir de um vínculo com o passado, pretendia gerar um cidadão brasileiro moderno e democrático, com base nos espaços de sociabilidade das casas modernas. Essa foi uma tentativa frustrada, talvez em função do Estado moderno incompleto (BUZZAR, 2003).



A associação da arquitetura moderna à questão nacional passa pelo desprezo ao europeísmo “embevecido convencional e um empenho para forjar uma consciência soberana, nutrida em raízes próprias, ciente da sua originalidade virente e confiante num destino de expressão superior” (SEVCENKO, 1992, p. 236). A adoção do ideário europeu liberal no período do Brasil Imperial é abordada por Schwarz (2000), a partir da perspectiva da contradição existente no país entre ideia e prática, antagonismo que se fundamenta na adoção de ideais europeus liberais, mas sendo escravocrata na prática, sustentado pelo latifúndio.

(...) havíamos feito a Independência há pouco, em nome de idéias francesas, inglesas e americanas, variadamente liberais, que assim faziam parte de nossa identidade nacional. Por outro lado, com igual fatalidade, este conjunto ideológico iria chocar-se contra a escravidão e seus defensores, e o que é mais, viver com eles” (SCHWARZ, 2000, p. 13).

De acordo com Silva, Buzzar e Bergantin (2021), a construção do imaginário hegemônico esteve apoiada em publicações internacionais que contribuíram para seu fortalecimento, dentre as quais destacam-se: Brazil Builds (GOODWIN, 1943), que compreende exposição e livro catálogo; vários números de revistas internacionais do final da década de 1940; e o livro Modern Architecture in Brazil (MINDLIN, 1956).

Na publicação do Brazil Builds são apresentadas obras arquitetônicas de cunho social, dentre as quais são mencionados alguns conjuntos habitacionais. Porém, aparecem de modo deslocado do cerne do modernismo brasileiro, escapando do ideário apresentado que tinha um realce da questão plástica (SILVA, BUZZAR; BERGANTIN, 2021). Em função da referência principal ser a beleza plástica, deixou-se em posição secundária a dimensão social ou a própria industrialização, tema fundamental para as transformações que estavam sendo experimentadas no período.

Nesse panorama da recepção do movimento da arquitetura moderna no cenário internacional, é fundamental abordar as diferenças entre os casos europeu e brasileiro. O modernismo no Brasil está muito mais próximo do modo como o movimento ocorreu nos países da América Latina, onde se verificou “uma dimensão nacional vinculada em grande parte às mudanças sociais requeridas pelo contexto” (SILVA, BUZZAR; BERGANTIN, 2021, p. 455). Além disso, estavam embasados, em grande parte, em financiamento estatal (GORELIK, 2005).

É uma simples evidência histórica que, desde os anos trinta, nos países latino-americanos em que surgiram algumas das principais expressões de modernismo arquitetônico - México e Brasil, especialmente, mas a seu modo também a Argentina -, boa parte das obras mais importantes foram auspiciadas, financiadas ou diretamente empreendidas pelo Estado, o que teve como resultado uma quantidade de realizações indispensáveis nos países em que o modernismo arquitetônico tinha se originado, que neles, mesmo nos casos em que se



contou com a ajuda oficial ou com alguns grandes investidores, a escala de intervenção foi sempre menor. Algo da figuração modernista, nas muito diferentes encarnações que teve, parece haver sintonizado com o papel que o Estado tradicionalmente tinha se atribuído, na América Latina - e que define por excelência as vanguardas: o de construtor ex nihilo de uma nova sociedade (GORELIK, 2005, p. 26).

Desse modo, a compreensão do movimento moderno no país compõe a conjuntura latino-americana, distanciando-se do caso europeu. Essa oposição de realidades também esteve presente de modo pungente no período do Brasil Império, no qual a tentativa de aproximação do ideário europeu, composto pelo liberalismo, gerou uma contradição com as práticas vigentes no país, que tinha sua produção baseada ainda no trabalho escravo (SCHWARZ, 2000).

No Estado Novo, período que corresponde ao início do movimento moderno no Brasil, o governo federal tentava buscar soluções para o crescimento econômico do país, que estava iniciando seu desenvolvimento urbano e industrial. No final da década de 1930, o esforço de industrialização foi orientado por uma política de intervenção estatal que se fundamentava no repúdio ao liberalismo político e, conseqüentemente, afastamento da doutrina do liberalismo econômico (SKIDMORE, 2010; SILVA; BUZZAR; BERGANTIN, 2021). As ações do Estado tinham maior enfoque na infraestrutura, de modo que a dimensão social ficou “secundarizada em benefício do desenvolvimento nacional, associado a ideia de identidade” (SILVA; BUZZAR; BERGANTIN, 2021, p. 455).

No final da década de 1950, essa dimensão social e desenvolvimentista da arquitetura moderna pôde ser manifestada por meio do Plano de Ação do Governo do Estado (PAGE), sob a gestão do governador Carvalho Pinto em São Paulo (1959-1963) (SILVA; BUZZAR; BERGANTIN, 2021). Desse modo, o PAGE constituiu uma importante chave de articulação entre arquitetura moderna e planejamento, contribuindo para a difusão da arquitetura moderna no Brasil e conferindo uma dimensão social ao movimento por meio da promoção de equipamentos públicos. No entanto, o destaque dos trabalhos que abordam a produção do Plano de Ação é conferido aos equipamentos públicos, principalmente escolas e fóruns, como pode ser verificado nos trabalhos de Alves (2008) e Buzzar et al. (2016). Essas pesquisas que exploram as obras produzidas durante o PAGE respondem a “uma lacuna historiográfica em relação a produção moderna” (BUZZAR; CORDIDO, 2013, p. 03,) de um patrimônio arquitetônico pouco conhecido, contribuindo para a afirmação do cunho social na arquitetura moderna (SILVA; BUZZAR; BERGANTIN, 2021).

Os trabalhos de Bonduki (1998) e Bruna (2010) nos apontam alguns aspectos das lacunas na historiografia da arquitetura moderna, com enfoque na questão da habitação social. Bruna (2010) contribui para a compreensão da produção da habitação social no Brasil construídos pelos Institutos e Caixas de



Aposentadoria e Pensões (IAPs e CAPs), ressaltando a relação com a discussão da arquitetura moderna. O autor nos aponta a falta de relevância dada à produção de “arquitetos, que desde o início estão associados a obras notáveis e tão mal estudadas pela historiografia oficial da arquitetura moderna brasileira” (BRUNA, 2010). Nesse mesmo sentido, Bonduki (1998) chama a atenção aos conjuntos habitacionais construídos que têm sido ignorados pela historiografia em razão do afastamento entre a habitação social e a arquitetura no país – que podemos circunscrever ao período da arquitetura moderna.

Apenas o distanciamento entre o tema da habitação social e a reflexão sobre a arquitetura no Brasil pode explicar tal lacuna, pois os estudos sobre a questão habitacional têm privilegiado o enfoque político, econômico e social, deixando de lado aspectos arquitetônicos e urbanísticos (BONDUKI, 1998, p. 141).

A produção do PAGE constitui um importante ponto de difusão e afirmação da Arquitetura Moderna no Brasil, em especial quanto ao seu cunho social. No entanto, existe uma lacuna historiográfica em relação a essa produção. Como os trabalhos que abordam o tema apontam a relevância da produção quanto à infraestrutura e aos edifícios escolares, nos motivamos à pesquisa de um aspecto ainda menos explorado, a produção habitacional promovida pelo PAGE, sob a gestão de Carvalho Pinto, o que aconteceu, predominantemente, por meio do IPESP (Instituto de Previdência do Estado de São Paulo). A partir disso, pretende-se contribuir para a discussão de aspectos sociais na arquitetura moderna, relacionados ao discurso e produção da habitação social promovida pelo IPESP durante a implementação do PAGE em São Paulo. Esse trabalho é fruto de um exercício exploratório das fontes primárias constituídas pelo Plano de Ação, que vem sendo examinado como objeto de pesquisa da doutoranda Aline Scatalon, com discussões empreendidas no grupo de pesquisa ArqSociedade, existente dentro do Programa Associado UEM/UEL de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Por ser fruto de um exercício exploratório dessas fontes, as análises apresentadas não possuem o aprofundamento que se espera alcançar com o desenvolvimento dessa pesquisa de doutorado, que está em seu estágio inicial. No entanto, o trabalho teve o intuito de compreender qual a participação da habitação nesse plano, construindo um vínculo, deste modo, com planejamento e arquitetura moderna. Antes disso, cabe uma reflexão sobre a promoção habitacional do Brasil no período.

Breve histórico da habitação social no Brasil no período da arquitetura moderno

O quadro de referência dos projetos, conjuntos e agentes da produção habitacional popular foi “balizado pelo ideário da construção de uma nação moderna com suporte na produção material de bairros com características coletivas e de diversidade de soluções arquitetônicas e urbanísticas” (NEGRELOS, 2015, p.



150). Ainda, de acordo com a autora, no contexto da produção de cidades nas bases modernas, havia um anseio de educação para um novo modo de habitar na cidade, com base na moradia moderna.

Uma das premissas da arquitetura moderna era resolver o déficit habitacional, a partir da discussão da casa mínima, ideia criticada por Artigas (1985), que afirma que o real problema do déficit habitacional está na natureza do regime capitalista. O autor também aponta que a arquitetura estava fundamentalmente elitizada, na medida em que “a obra dos arquitetos exprime ideologicamente o pensamento da classe dominante – a burguesia” (ARTIGAS, 1985, p. 65), o que contribuiu para a desconsideração dos aspectos sociais de modo geral. O autor aponta que a Arquitetura Moderna tem um caráter opressor contra o proletariado, sendo “arma de classe dominante, uma arma de opressores, contra oprimidos [o proletariado]” (ARTIGAS, 1985, p. 65).

Nesse contexto de discussão da arquitetura moderna, a questão social se constitui mais como retórica, presente fortemente em discurso ideológico, no entanto ocupando um lugar secundário na prática, já que ao priorizar aspectos formais, a produção da arquitetura moderna brasileira se concentrou em casas e edifícios públicos.

Durante a década do 1960, a Arquitetura Moderna Brasileira que havia se vinculado ao projeto de modernização do país passou a sofrer críticas por parte de seus integrantes, que se acirraram depois do Golpe de 1964. Tais críticas tiveram como alvo principal as limitações da visão desenvolvimentista e a visão estritamente nacionalista que estava atrelada à arquitetura que acabavam por ocultar problemas sociais vinculados à própria produção arquitetônica (CUNHA, 2009, p. 09).

O processo de democratização da nação brasileira, de superação do arcaico pelo moderno, acabou sendo subtraído com o Golpe Militar de 1964. O ideário que relacionava o projeto da Arquitetura Moderna e o processo de construção da nação moderna teve uma interrupção abrupta, de modo que a geração de arquitetos que discutiam o projeto social moderno em arquitetura (como Oscar Niemayer, Lúcio Costa e Vilanova Artigas) teve que lidar com essa nova situação da realidade política e econômica social do país no pós-golpe (CUNHA, 2009). Vinculando às ideias da produção habitacional e da modernidade, a “(...) Habitação Popular Econômica e Moderna se estabelece como suporte da cidade moderna, com modos modernos de morar coletivo, em grande escala” (NEGRELOS, 2015, p. 48).

O movimento moderno surgiu como uma reação às transformações ocorridas em função da industrialização, que gerou um aumento da população urbana. Villaça (2001, p. 226) aponta que “um dos traços mais marcantes do processo de urbanização que se manifestou no Brasil a partir do final do século XIX foi o rápido crescimento das camadas populares”, que resultou na intensificação dos problemas



habitacionais dessa nova classe que, geralmente, ocupavam moradias carentes de condições básicas. A partir de então, a moradia dos trabalhadores começou a ser alvo de reformas sanitaristas.

A partir da constituição da moradia popular destinada aos trabalhadores no Brasil, foi introduzida a ideia das vilas operárias, consideradas como uma alternativa aceitável para essa nova classe operária urbana que se construía no início do século XX. No entanto, a classe dominante da sociedade brasileira só aceitaria conviver com essa nova forma de vila contanto que ela estivesse longe das áreas valorizadas da cidade, nas periferias. Isso foi garantido por meio de legislações específicas que asseguraram que esse padrão segregacionista fosse mantido, como o Código Sanitário de São Paulo.

As vilas operárias podem ser entendidas como uma primeira iniciativa de habitação coletiva no Brasil, por ser “precursora do conjunto residencial, que se consolidou no período seguinte, no âmbito de uma promoção pública estatal” (BONDUKI, 2014, p. 13). No período de sua construção, a habitação já era considerada como problema público, no entanto, no contexto da economia liberal, a atuação majoritária do Estado se orientava para o espaço do mercado (NEGRELOS, 2015).

O início da habitação social e pública no país é marcado pela implantação do Conjunto Marechal Hermes, em 1912 no Rio de Janeiro, assinalando o entendimento da habitação como problema de Estado (BONDUKI, 2014). A Revolução de 1930 consolida a fase em que houve o reconhecimento da habitação como uma questão pública e social, quando o Estado começa a intervir no mercado de locação “para proteger o inquilino e desestimular a produção rentista, cria mecanismos para facilitar a compra do lote em prestações e o autoempreendimento da casa própria” (BONDUKI, 2014, p. 13). É nesse período que se inicia uma produção de habitação social significativa, embora reduzida quando comparada com a dimensão do problema, como aponta o autor. Nessa conjuntura, é possível abordar as questões relativas ao déficit habitacional como um problema urbano estrutural.

Considerando a produção habitacional pública desse período, destaca-se a atuação IAPs e CAPs, bem como a criação da Fundação Casa Popular (FCP) em 1946, sendo a primeira entidade estatal de nível nacional de produção de moradias populares. Apesar da criação de um órgão federal com competência específica na área do desenvolvimento habitacional e urbano, a tentativa de construção de uma política habitacional com produção massiva de moradias destinadas para trabalhadores urbanos foi frustrada. Bonduki (2014) aponta que apesar de pouco expressiva quantitativamente, essa produção se caracterizou por uma boa qualidade, quanto aos projetos arquitetônicos e à inserção urbanística.

A pouca expressividade quantitativa do período da produção habitacional, caracterizada pela incorporação da arquitetura moderna, com projetos de qualidade, talvez tenha influenciado a construção historiográfica que secundariza a habitação social na arquitetura moderna. É possível atribuir essa



ausência de expressividade à fragmentação da atuação pública, que se configurou na delegação da competência de promoção habitacional às autarquias sindicais (os IAPs), que não atuavam de forma universal (NEGRELOS, 2015). A qualidade dos projetos arquitetônicos e urbanos da produção do período era heterogênea, assim como a própria produção em si, o que é corroborada pela natureza autárquica dos organismos que compunham o quadro de produção de habitação do período que, embora tivessem apoio estatal, tinham seus objetivos vinculados às especificidades das categorias as quais pertenciam.

A produção de habitação social na arquitetura moderna: o PAGE como possibilidade de articulação

No contexto da discussão da historiografia do movimento moderno, além do papel secundário do aspecto social em relação ao espaço formal –com privilégio da questão formal em detrimento da social ou dissociação da forma quanto à discussão do programa -, também há uma secundarização das questões sociais em relação às questões nacionais. Desse modo, por extensão, a habitação social perde importância no movimento. Em contraponto a isso, destaca-se o trabalho de Bonduki (2014), que fez um esforço no sentido de construir um inventário dessa produção, constituindo-se como uma nova narrativa da produção habitacional pública, como contribuição de uma nova visão dessa historiografia. Por meio da contribuição desse trabalho que aborda uma revisão da historiografia e análise crítica do centenário da produção habitacional pública de caráter social no Brasil, incentivou novas pesquisas e formulações de questões sobre o tema (NEGRELOS, 2015). Nesse contexto, destaca-se a recuperação da produção dos IAPs, já que o enfoque mais comum de pesquisa na área da produção habitacional popular no Brasil é o pós-BNH, como é o caso do trabalho de Scatalon (2019).

As referências comuns de modelos de edifícios canônicos da arquitetura moderna são as casas e grandes edifícios públicos, em substituição a uma possível discussão de habitação social.

(...) ao contrário da experiência dos países centrais, onde o desenho alcançou todas as classes sociais, essa realização “democrática” aqui não ocorreu. Nossa arquitetura moderna, quando não era oficial e monumental, sempre foi de casas burguesas. E a aparência severa dessas casas, que Roberto Schwarz afirma ser “símbolo moralista e inconformável da revolução que não houve”, já estava na origem, em Artigas: moral puritana e controle do uso irracional da riqueza, cujo fim é o projeto de modernização “capitalista”. É por isso que, quando Sérgio fala em “estética empenhada”, nós poderíamos completar: ela esteve particularmente empenhada em transformar a casa burguesa e educar a elite (ARANTES, 2002, p. 47-48).



Apesar da qualidade projetual, ainda mais quando comparado com programas de massificação da produção, o que aconteceu no pós-golpe militar com o BNH e, mais recentemente, com o Programa Minha Casa Minha Vida, a produção dos IAPs talvez tenha sido menos explorada nas pesquisas em função da pouca expressividade quantitativa.

O Conjunto Zezinho Magalhães Prado, promovido pela CECAP Guarulhos (Companhia Estadual de Casas Populares) é um exemplo de projeto desse período da massificação da produção promovido pelo BNH que mostra grande relevância por escapar desse padrão de produção caracterizada pela ausência de qualidade arquitetônica ou urbanística (SCATALON, 2019). Bonduki (2014, p. 76) afirma que o conjunto de Guarulhos “pode ser considerado um elo de transição entre os projetos de grande qualidade arquitetônica elaborados pelo IAPI e a produção massiva indiferenciada idealizada pelo BNH”. Com base nos ideais modernistas de produção da cidade e da moradia, seu projeto contribuiu para a discussão de habitação social dentro da arquitetura moderna. Mesmo que sua concepção não tenha sido inteiramente concretizada, em relação à ideia de disseminação da modernidade por meio da pré-fabricação, esse projeto se constitui como uma alternativa consistente à produção em massa, sendo um exemplo positivo dessa experiência.

Essa contribuição ao debate da produção habitacional promovida por política pública no Brasil agrega aspectos para o entendimento de seu impacto sobre e a partir do movimento modernista no Brasil, desde sua introdução na década de 1930 por Warchavchik, até sua consolidação na cultura brasileira entre os anos de 1940 e 1950; fundamentando-se nos estudos dos processos históricos e sócio-políticos de produção da cidade capitalista e das formas de produção habitacional, que se estabeleceram desde as origens da problematização da habitação como questão pública e estatal, consolidada na década de 1930.

A produção habitacional a partir do Plano de Ação do governo do Estado (PAGE)

O PAGE, na gestão do governador Carvalho Pinto (1959-63) no estado de São Paulo, constitui uma chave de articulação entre a arquitetura moderna e o planejamento que contribuiu para conferir dimensão social ao movimento. O Plano tinha como objetivo levar infraestrutura ao interior do estado de São Paulo por meio de ações do planejamento econômico, no bojo do desenvolvimentismo. Articuladas com ações sociais, resultaram na construção de uma rede de equipamentos públicos e de um patrimônio arquitetônico moderno com mais de mil obras produzidas por mais de 160 arquitetos. As obras projetadas para o PAGE conferiram uma dimensão social aos equipamentos públicos, sobretudo com as



escolas, que em muitos casos foram projetadas como uma expansão no espaço público, ao eliminar hierarquias espaciais e criar uma continuidade entre o interior e o exterior do edifício.

Embora a contribuição do PAGE seja significativa para a difusão e a afirmação da arquitetura moderna de cunho social, existe uma grande lacuna historiográfica em relação a essa produção, que está vinculada, dentre outros aspectos, à documentação e à análise crítica dessas obras. O Plano de Ação possibilitou que os arquitetos pensaram a arquitetura moderna brasileira como um instrumento de transformação social, o que foi encoberto pela questão nacional, visto que o ápice dessa arquitetura é contemporâneo à inauguração de Brasília.

Durante o PAGE foram produzidas obras de diversas tipologias, compreendendo habitação, edifícios escolares e fóruns, edifícios universitários, casas de agricultura, postos de saúde e prédios do setor de segurança (SÃO PAULO, 1959a). Essa é uma produção que vem sendo recuperada por trabalhos recentes, como Alves (2008) e Buzzar et al. (2016), com maior enfoque às escolas e fóruns.

Nos propomos a explorar a produção habitacional promovida pelo PAGE por meio do IPESP, principalmente. O tema da habitação aparece no PAGE de modo crescente, tanto na peça técnica constituída pelo plano de ação (SÃO PAULO, 1959) quanto nas mensagens governamentais anuais que informavam de modo mais detalhado o progresso da execução do plano apresentado (SÃO PAULO, 1959b; 1960; 1961; 1962a).

O Plano de Ação do governador de São Paulo Carvalho Pinto (1959-1963) se destaca dentro das experiências de planejamento estatal brasileiras entre o fim da década de 1950 e início de 1960. O Plano contou com investimentos dirigidos principalmente ao interior do estado de São Paulo, tendo enfoque no provimento de infraestrutura, como construção de hidrelétricas, execução de planos de pavimentação e construção de rodovias, entre outros. “A produção em massa de prédios públicos é um dos componentes deste esforço de infraestruturação do território Paulista, tão importante quanto os outros setores de investimento previstos pelo Plano de Ação” (ALVES, 2016, p. 2).

O I Plano de Ação é estruturado nas seguintes categorias analíticas: planejamento e atividades do governo; uma análise da economia paulista; objetivos do plano de ação; recursos necessários ao plano de ação; planos setoriais; e plano de responsabilidade política (SÃO PAULO, 1959a, p. 137-140).



Dentro da categoria de “objetivos do plano de ação”, o primeiro objetivo setorial apresentado corresponde à seção de “melhoria das condições do homem”¹ (p. 45-50), que não inclui o tema da habitação nesse documento. No entanto, a preocupação acerca da crescente urbanização, o que compreende pensar sobre habitação e cidade, vai se evidenciando ao longo da concretização do plano, como iremos perceber.

O tema da habitação vai se evidenciando nas mensagens governamentais de Carvalho Pinto, entre os anos de 1959 e 1962 (SÃO PAULO, 1959b; 1960; 1961; 1962a). A Mensagem Governamental de 1959, ao abordar a questão da “previdência”, faz menção aos empréstimos para a aquisição da casa própria entre 1955-1958, sob a gestão do governador antecessor, Jânio Quadros, com investimentos que ultrapassaram 1,2 bilhões de cruzeiros (SÃO PAULO, 1959b, p. 37-38).

A mensagem governamental do ano seguinte traz um capítulo exclusivo dedicado ao “trabalho, previdência e habitação e diversos” (SÃO PAULO, 1960, p. 56-64), externando a preocupação com habitação de modo mais enfático, ao anunciar que “jamais o Estado desenvolveu tão grande e eficiente atividade, como em 1959, no que diz respeito ao financiamento de casa própria para seus servidores” (ibidem, p. 59), além de apresentar dados sobre os conjuntos construídos por meio do IPESP.

O IPESP foi criado a partir da Constituição Estadual Paulista de 1935², sendo regulamentado em 1939 por meio do decreto 10.291³. Compreendia as atribuições desse órgão, que tinha características de entidade autárquica, além de assegurar aposentadoria aos funcionários estaduais e assistência ou pensão aos beneficiários dos contribuintes, conceder “empréstimos hipotecários para construção de casas a

¹ No I Plano de Ação do Governo do Estado, a seção mencionada de “Melhoria de condições do homem” compreende os seguintes tópicos: A- Educação, cultura e pesquisa; B- Justiça e segurança pública; C - Saúde pública e Assistência Social; D- Sistema de Água e Esgoto (SÃO PAULO, 1959a).

² A Constituição Estadual Paulista de 09 de julho de 1935 prevê em seu art. 93 que prevê a organização do Instituto de Previdência dos servidores do Estado e dos Municípios, que deveria ter a atribuição de “suportar os encargos da aposentaria e do montepio desses servidores, e a prestar assistência a estes e as suas famílias, nos termos que a lei determinar”. A referida norma está disponível em url: <<https://www.al.sp.gov.br/leis/constituicoes/constituicoes-antiores/constituicao-estadual-1935/>>.

³ O IPESP criado em 1935 foi extinto em 2007, com a criação do SPPREV (São Paulo Previdência), a partir da lei 1.010/2007. O SPPREV é uma entidade gestora do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS) e do Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de São Paulo (RPPM). Para suprir a demanda dos contribuintes que foram excluídos do SPPREV, foi criado em 2010 o Instituto de Pagamentos Especiais de São Paulo (IPESP), a partir da Lei 14.016/2010, que apesar de ter a mesma sigla, é distinto do primeiro órgão, tendo a atribuição de administrar as Carteiras de Previdência dos Advogados de São Paul, das Serventias Notariais e de Registro do Estado de São Paulo e gerir os contratos de financiamento da Carteira Predial.



contribuintes e beneficiários” (art. 2 do decreto 10.291/1939). A partir dessa atribuição, o órgão promoveu projetos sociais de atendimento aos seus contribuintes, como o financiamento de casa própria.

Nas duas mensagens governamentais seguintes, de 1961 e 1962, o capítulo que trata desse tema passa a ser intitulado de “Trabalho, previdência e habitação”, ambos apresentando dados sobre o financiamento da casa própria promovido pelo IPESP por meio de gráfico e tabela, desde 1942 até o ano anterior ao da publicação, evidenciando um aumento progressivo de investimentos (Figuras 1 e 2).

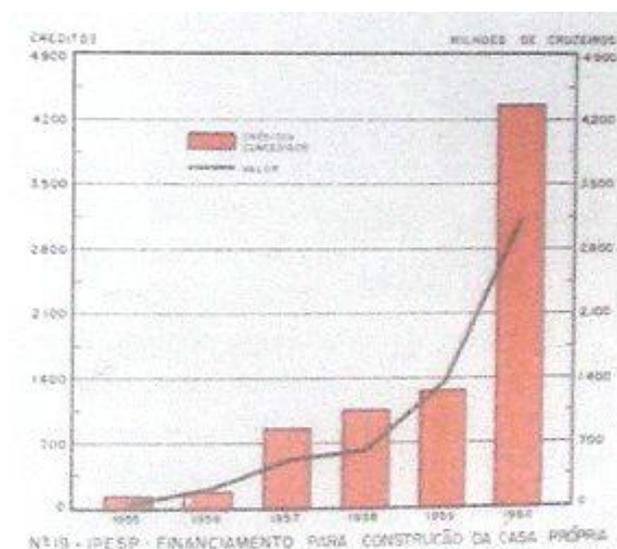


Figura 1. Gráfico nº 19 da Mensagem Governamental de 1961. IPESP - Financiamento para construção da casa própria.

Fonte: SÃO PAULO, 1961, p. 111.

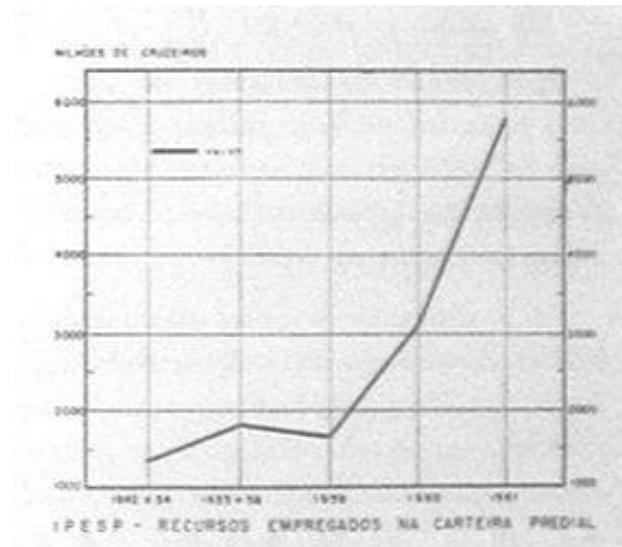
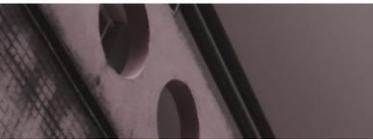


Figura 2. Gráfico da Mensagem Governamental de 1962. IPESP - Recursos empregados na Carteira Predial.
Fonte: SÃO PAULO, 1962a, p. 121.

É possível perceber que o tema da habitação foi ganhando relevância ao longo da concretização do plano de ação do governo Carvalho Pinto (1959-63), o que aconteceu por meio do financiamento da casa própria promovido pelo IPESP. Isso se reforça ainda mais no II Plano de Ação (1963-66), que compreendia um investimento em habitação ainda maior, chegando a alcançar quase 8% de todo o orçamento proposto nesse plano (SÃO PAULO, 1962b). O tema da habitação integrou de modo mais pronunciado o II PAGE, que se limitou a ser peça de campanha publicitária em função da não eleição de José Bonifácio (UDN) em 1962, candidato apoiado por Carvalho Pinto que daria continuidade à política que estava sendo realizada no estado de São Paulo. No entanto, esse plano contribuiu para fornecer indícios para a compreensão dos aspectos sociais e econômicos que a política se encaminhava em relação à conjuntura estadual e nacional. Essa tendência reflete a virada do período quanto ao crescimento urbano e industrial. Verificou-se a reconhecimento dessa demanda habitacional e urbana, em âmbito nacional, com a criação do Banco Nacional de Habitação em 1964 no governo militar, que significou a institucionalização da política habitacional, encampando a política e a produção de habitação popular como resposta do governo ao processo acelerado de industrialização e urbanização (SCATALON, 2019). Desse modo, explorar essa produção habitacional de cunho social, que ainda está obscurecida na historiografia da arquitetura, auxilia para a compreensão da articulação entre habitação, arquitetura moderna e o planejamento a partir do PAGE.



Referências

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. **Uma história dos Annales (1921-2001)**. Tradução de Jurandir Malerba. Maringá: Eduem, 2004, 183p.

ALVES, André Augusto de Almeida. **Arquitetura escolar paulista 1959 - 1962** o PAGE, o IPESP e os arquitetos modernos paulistas. Tese (doutorado em arquitetura e urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

_____. **Arquitetura moderna e tradição construtiva: a difusão da modernidade às cidades do interior paulista através das obras iniciais promovidas pelo Ipesp com projetos de arquitetos modernos paulistas, 1959 - 1960**. In: 8 Seminário Docomomo Brasil. **Anais...** Rio de Janeiro: Klam Multimídia, 2009. p. 1-20.

ARANTES, Pedro Fiori. **Arquitetura Nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefebvre, de Artigas aos mutirões**. São Paulo: Editora 34, 2002.

ARTIGAS, João Batista Vilanova. **Caminhos da Arquitetura**. São Paulo: Nobel, 1985.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**. Arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

_____. **Os pioneiros da habitação social**. v. 01. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

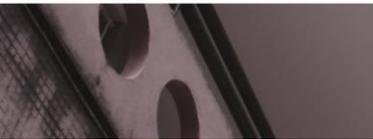
BRUNA, Paulo. **Os primeiros arquitetos modernos**. Habitação Social no Brasil 1930-1950. São Paulo: Edusp, 2010.

BUZZAR, Miguel Antônio. A ideia de uma casa brasileira. In: V Seminário Nacional DOCOMOMO. **Anais...** São Carlos: IAU-USP, 2003.

BUZZAR, Miguel Antônio; CORDIDO, Maria Tereza Regina Leme de Barros. A arquitetura Moderna produzida a partir do Plano de Ação do Governo. In: II Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação. **Anais...** Belo Horizonte, 2013.

BUZZAR, Miguel Antônio et al. Arquitetura moderna no Estado de São Paulo: difusão e dimensão social através de equipamentos públicos produzidos pelo Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto- PAGE - (1959-1963). In: Reabilitação do patrimônio arquitetônico e edificado e sua dimensão cotidiana. **Anais...** Bauru: Cultura Acadêmica, 2016, v. 1, p. 101-111.

CUNHA, Gabriel Rodrigues da. **Uma análise da produção de Vilanova Artigas entre os anos de 1967 a 1976**. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo.



GORELIK, Adrián. **Das vanguardas a Brasília: cultura urbana e arquitetura na América Latina**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

MINDLIN, Henrique. **Modern Architecture in Brazil**. Rio de Janeiro/Amsterdam, Colibris, 1956.

NEGRELOS, Eulalia Portela. A utopia de um novo morar. **Risco**, v. 1, n. 21, p. 146-160. 2015.

SÃO PAULO (ESTADO). GOVERNO DO ESTADO. Plano de ação 1959 – 1963: administração estadual e desenvolvimento econômico-social. São Paulo: Imprensa Oficial, 1959a.

SÃO PAULO (ESTADO). Governador 1959-1963 (Carvalho Pinto). Mensagem apresentada pelo Governador Carlos Alberto A. de Carvalho Pinto à ALESP, em 14 de março de 1959. São Paulo: Imprensa Oficial, 1959b.

SÃO PAULO (ESTADO). Governador 1959-1963 (Carvalho Pinto). Mensagem apresentada pelo Governador Carlos Alberto A. de Carvalho Pinto à ALESP, em 14 de março de 1960. São Paulo: Imprensa Oficial, 1960.

SÃO PAULO (ESTADO). Governador 1959-1963 (Carvalho Pinto). Mensagem apresentada pelo Governador Carlos Alberto A. de Carvalho Pinto à ALESP, em 14 de março de 1961. São Paulo: Imprensa Oficial, 1961.

SÃO PAULO (ESTADO). Governador 1959-1963 (Carvalho Pinto). Mensagem apresentada pelo Governador Carlos Alberto A. de Carvalho Pinto à ALESP, em 14 de março de 1962. São Paulo: Imprensa Oficial, 1962a.

SÃO PAULO (ESTADO). **II Plano de Ação do Governo: 1963-1966**. São Paulo: Imprensa Oficial, 1962b.

SCATALON, Aline Passos. **Habitação popular, planejamento e expansão urbana: A produção do espaço urbano de Presidente Prudente/SP de 1967 a 1996**. 2019. 257f. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Carlos, 2019.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas: formas literárias e processo social nos inícios do romance brasileiro**. 5ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu Extático na Metrópole: São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 390 p. ISBN 85-7164-262-1.

SILVA, Jasmine Luiza Souza; BUZZAR, Miguel Antonio; BERGANTIN, Rachel. A construção historiográfica da arquitetura moderna brasileira e o plano de ação do governo do Estado. In: VI Encontro da Associação



Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. **Anais...** Brasília: FAU-UnB, 2021, p. 451-471.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello** (1930 - 64). Tradução: Berilo Vargas. 2. ed. atual. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 483 p. ISBN 978-85- 359-1770-3.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história**. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.